

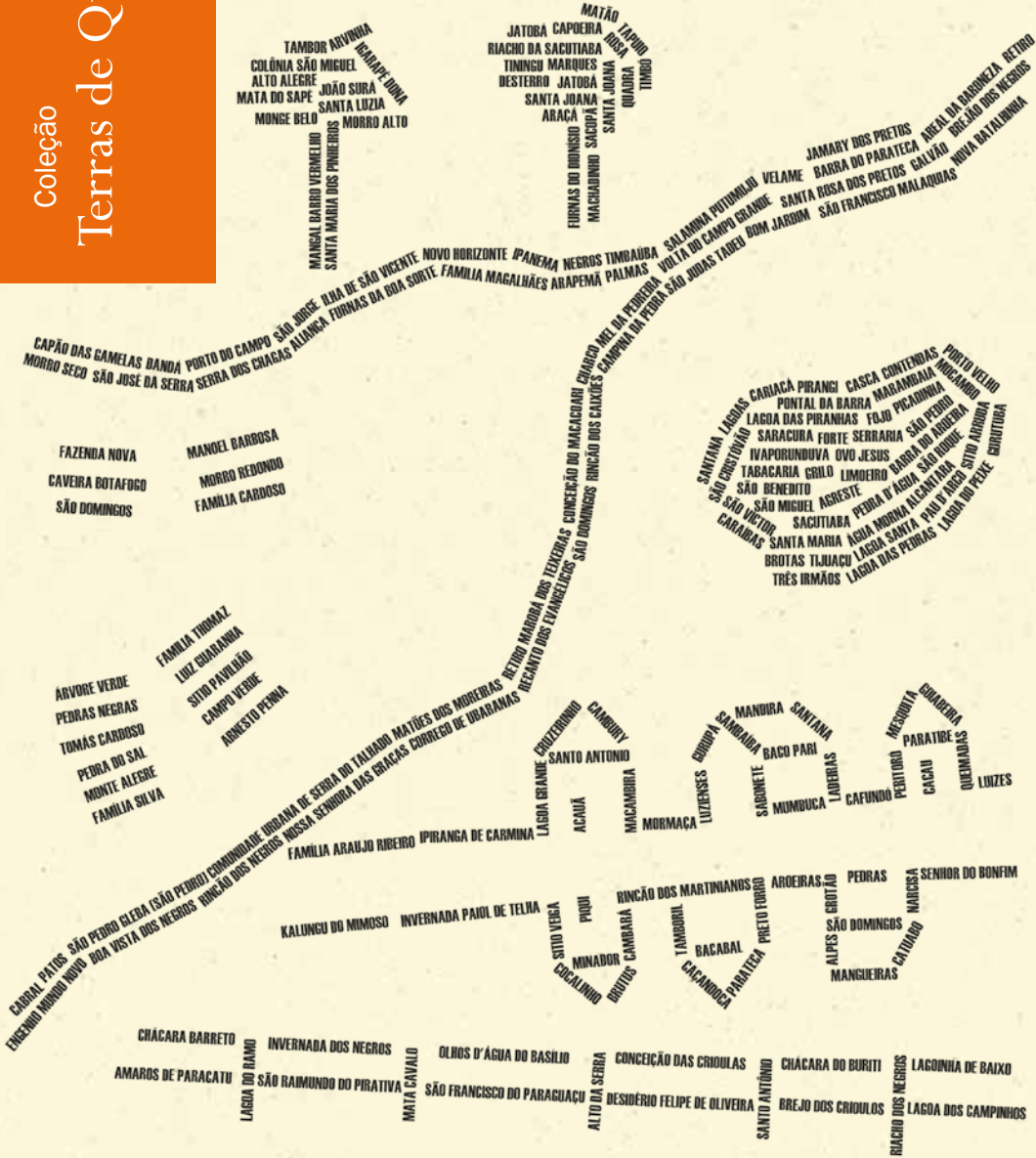


Coleção

Terras de Quilombos

Maranhão

Comunidade Quilombola Monge Belo



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

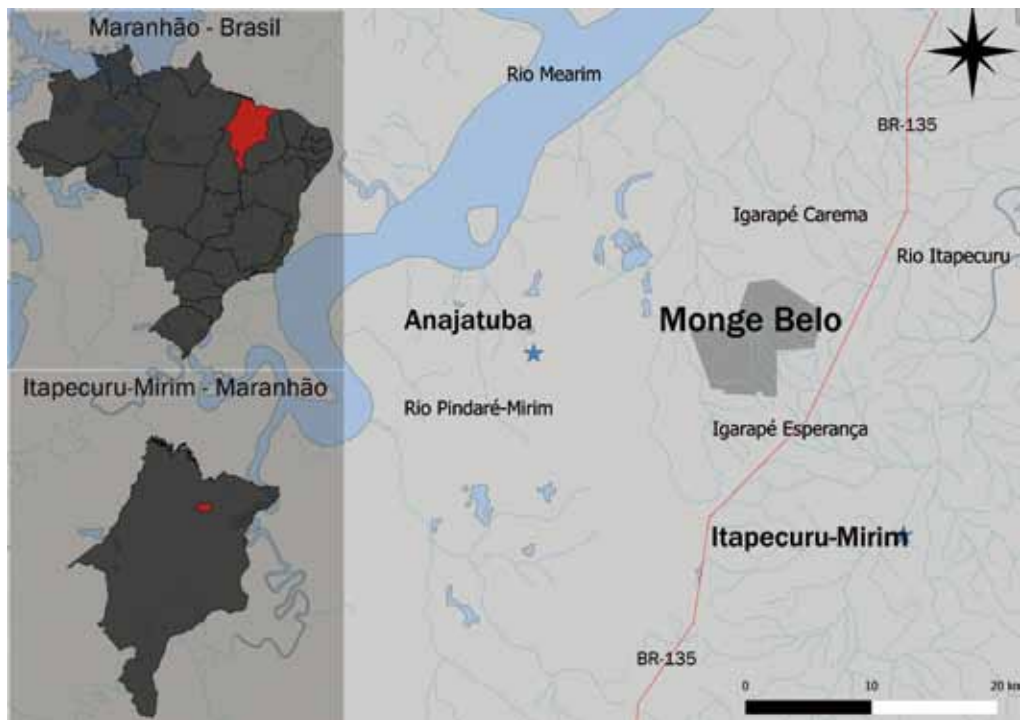
O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Monge Belo

O Quilombo Monge Belo está localizado no município de Anajatuba, Vale do Itapecuru, região norte do Maranhão, a 100 km da capital São Luís. O território quilombola possui oito povoados, ligados por laços históricos e relações de convivência: Monge Belo, Ribeiro, Bonfim, Santa Helena, Juçara, Frade, Teso das Taperas e Jeibara dos Rodrigues. Apesar de existirem diferenças geográficas e históricas entre os povoados, todos compartilham o território, formado ao longo de décadas de lutas. Nele habitam mais de 500 famílias quilombolas. Em 2004, os quilombolas reivindicaram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a regularização fundiária de seu território. Em junho de 2015, o Incra publicou a Portaria de Reconhecimento do território de Monge Belo com área total de 7.301,23 hectares.



A data de 22 de novembro de 1865 é importante para os quilombolas de Monge Belo porque nesse dia oito pessoas – cada uma com sua família – compraram terras da Data Saco Grande, onde hoje se localiza parte do território quilombola. Na certidão de compra e venda da Data Saco – então propriedade do tenente-coronel José Nunes de Souza Belfort – constam como compradores personagens fundamentais para a formação do território: Lucas José Machado, Antonio Machado de Miranda, Frauzino Caetano Machado, Hygino Antonio Rodrigues, Gil da Luz dos Santos, Manoel Francisco Viana e Cosme Damião dos Santos. Além desses compradores iniciais, outro membro importante para o processo de formação do território foi Manoel Marcimiano da Fonseca, que deixou uma grande descendência.

Em Monge Belo, os moradores traçam a sua história familiar re-fazendo o caminho das gerações que os ligam aos ancestrais negros que estabeleceram, de forma autônoma, o controle efetivo das terras. Por seu papel na formação do território quilombola, alguns dos ancestrais nomeados no documento de 1865 são ainda lembrados.

Para contar a sua história, os quilombolas recordam de um tempo ainda mais distante, o período áureo da produção de algodão e cana-de-açúcar, quando desembarcaram no extinto Porto da Gambarra 500 africanos escravizados. Desses escravizados, cerca de 100 foram vendidos à Fazenda Monge Belo para trabalhar no cultivo da terra e na produção de açúcar. Após a falência da fazenda, eles permaneceram no território, e adquiriram parte das terras onde hoje estão localizados os povoados Juçara e Monge Belo.

Apesar de os quilombolas de Monge Belo terem conseguido exercer o controle de seu território, a manutenção de sua autonomia tem sido cada vez mais ameaçada pela atuação de grileiros e fazendeiros. Na década de 1970, com a construção da BR-135 e o aumento da pressão imobiliária sobre o território, os descendentes de escravizados começaram a sofrer um processo de esbulho e grilagem de suas terras, sempre acompanhado de ameaças e atos de violência física e simbólica.

Abandono das antigas fazendas

A história da ocupação do território quilombola remonta ao antigo Porto de Gambarras. Também conhecido como Porto da Gambarra, servia de ponto de comércio e distribuição de produtos e de escravos durante a primeira metade do século 19. Era lá que os navios negreiros atracavam. Diversos quilombos dos Vales do Rio Itapecuru e do Rio Mearim também tiveram a sua origem ligada a esse porto.

Só foi possível aos ex-escravizados realizar a compra das terras de Monge Belo porque as fazendas de algodão e cana-de-açúcar entraram em um processo de decadência. A partir da segunda metade do século 19, o comércio de algodão e de açúcar deixou de ser lucrativo, levando os antigos proprietários a abandonar as fazendas. Em muitos casos, houve venda ou mesmo doações de terras aos escravizados.

A situação de Monge Belo remete justamente à venda das terras pela viúva do tenente-coronel José Nunes de Souza Belfort, D. Maria Amália Ribeiro Belfort, que, não possuindo mais bens, se viu na obrigação de vender pedaços da terra para sobreviver. “Esta terra, quando foi dado o grito de liberdade, ficou para os negros”, conta Patrício, liderança de Monge Belo. “Antes mesmo já era dos negros. Mas quando teve a Abolição, os barões tiveram que ir embora porque eles não tinham mais como plantar café, não tinham como plantar cana, não tinham como plantar nada. Eram os escravos que colhiam e faziam tudo para eles. E quando aboliram a escravidão ficaram os negros no quilombo e eles se refugiaram.”

A lembrança da compra de terras de Dona Maria Amália Ribeiro Belfort pelos antepassados é até hoje apresentada pelos quilombolas de Monge Belo quando pleiteiam a regularização das terras que ocupam de forma secular. Os “oito quinhão” a que muitos quilombolas fazem referência – isto é, os oito compradores e suas posses iniciais – remetem à negociação feita com José Nunes de Souza Belfort e esposa. Na escritura de venda, a transferência é apresentada como sendo “de uma légua de frente e meia légua de fundo, ou o que se achar, pela quantia de réis, um conto quinhentos e sessenta mil réis, em moeda corrente como abaixo se declara....”.



Dona Aldenora, quilombola de Monge Belo

Com base na documentação da terra, os quilombolas defendem seu pleito e a legitimidade de sua ocupação e, a partir dela, reforçam a sua luta como remanescentes de quilombo.

As histórias dos antigos

Em Monge Belo, a lembrança do “tempo da escravidão” valida a ocupação histórica e atual do território. As inúmeras narrativas a respeito do passado reforçam a memória coletiva cotidianamente recriada, ampliada e relacionada ao seu dia a dia. Pode-se ver isso, por exemplo, nos relatos comuns envolvendo fugas, brigas e “esper-tezas” realizadas pelos escravizados para se safarem de repreendas e de situações de opressão. Tais relatos expõem bem a relação dos quilombolas de Monge Belo com a sua história, enfatizando a capacidade de resistência de seus ancestrais e afirmando sua vigorosa autonomia face aos diversos antagonistas contra os quais lutaram.

Antônio Meireles conta:

Aqui no Monge Belo, uma vez, o Barão achou que um negro estava engordando muito. O negro que era cozinheiro, né? E aí ele perguntava:

– Nego, o que é que tu come?

– Ah, meu branco, é só o caldo aí.

– Mas, rapaz, tu está engordando demais. Então agora tu vai botar o caldo para mim e vai comer a carne!

Porque o negro deixava a carne debandaiar no caldo, né? Aí o caldo ficava forte. E como o nego engordou comendo o caldo, dessa vez, ele queria comer o caldo. Aí o negro passou a deixar o caldo ralo. Aí ele provou umas duas vezes e não deu certo. Aí ele disse:

– Eu vou voltar a comer a carne. Isso é comida para nego mesmo.

O caso do chá de *condué* também expõe a atualidade das práticas reproduzidas desde o tempo da escravidão. Ainda utilizado nos dias de hoje para tratar diferentes tipos de dores, o chá é considerado um “remédio de escravo”, como conta o próprio Antônio Meireles:

Aqui, quando o nego ficava doente, eles faziam assim: botavam um coxo e um bocado de pau que era para fazer o chá. Era o remédio de nego, *condué*, que chamava. Aí, cada nego que queria beber um pouquinho do remédio metia a xícara dentro do coxo. Pegava uma xícara desse remédio e ficava curado. Podia ser dor na costela, podia ser dor no espinhaço, podia ser dor na perna – sarava tudo. E esse chá amarga demais, mas também era usado para nego não engordar muito. Até hoje ainda tem gente que toma.

Dos tempos antigos, figuram ainda casarões com salões separados para negros e brancos, além de festas que se mantiveram recorrentes no quilombo, como o tambor de crioula. “Quando tinha festa aqui antigamente, era assim, no caso: uma festa só, né, só que tinha duas salas, uma do branco e outra do preto”, detalha o Sr. Pixote. “O preto não se misturava com o branco, nem o branco com o preto. Cada qual na sua sala. O tambor era mesmo tocado aí, uns *pungando* [esbarrando] e gente cantando. É assim é que é. *Pungava* nuns aos outros. Bebendo cachaça, era tudo que tivesse.”

“No tambor, você tem que tirar a corda pelo pé e botar pelo pé”

No Quilombo de Monge Belo, há vários eventos de confraternização e de celebração religiosa que congregam moradores de diferentes povoados, como os ritos funerários, as festas e os jogos de futebol no campinho, entre outros.

As festividades em louvor aos santos de devoção são as comemorações mais destacadas, caracterizando cada povoado por uma ou mais celebrações. Entre os festejos, sobressaem o de São Sebastião e o de São Francisco, no povoado da Juçara; festejos de Santo Antônio, São Francisco e Festa do Divino, no povoado de Monge Belo; e os festejos de Santa Helena, Santo Antônio, Santa Luzia, Nossa Senhora da Conceição e Divino Espírito Santo, no povoado Santa Helena.

A Festa do Divino é uma das mais concorridas de Monge Belo, reunindo conhecidos, parentes e quilombolas de outros territórios, como é o caso das caixeiras de Santa Rosa dos Pretos. São tocadoras de caixas de percussão, encarregadas de arrecadar dinheiro para a festa. No passado, havia caixeiras em várias comunidades negras do Vale do Itapecuru, mas em Santa Rosa, que é vizinha a Monge Belo,



Caixeiras de Santa Rosa dos Pretos em Festa do Divino de Monge Belo

essa tradição se manteve viva por conta de um movimento de mobilização cultural. Muitos se deslocam para as comunidades em festa para homenagear o santo. **Famílias quilombolas que foram obrigadas a deixar o território, ameaçadas por pretensos proprietários – como algumas do povoado Bonfim, que moram atualmente na localidade denominada Entroncamento e na sede do município de Santa Rita –, participam das festividades em Monge Belo.**

Os quilombolas também praticam e rememoram festividades que são reconhecidas como legados dos ancestrais escravizados, tais como o bumba meu boi, o tambor de crioula e a festa do coco. Nessas festividades, os vínculos entre passado e presente são reforçados.

Saber praticado e compartilhado

Os moradores de Monge Belo possuem um conjunto de conhecimentos tradicionais praticados e compartilhados pelas diferentes comunidades do território. **Dominam conhecimentos sobre plantas da região e o seu uso na cura de determinadas enfermidades. São saberes passados ao longo das gerações, vindos desde o tempo dos ancestrais escravizados.**

Também o manejo dos recursos naturais é informado por esses saberes. São vários os usos do solo e das árvores, pautados no cuidado e na preservação do meio ambiente. Enquanto as áreas vizinhas foram desmatadas e tiveram as madeiras nobres extraídas, o território de Monge Belo ainda guarda matas fechadas e cobertura vegetal nativa, como os *juçarais*.

Possuem técnicas de confecção de utensílios necessários para as atividades cotidianas, para o trabalho na roça e em construções. **Dos recursos extraídos da palmeira de babaçu, além de alimentos, como o azeite, produzem cofos (cestos) e balaios usados na produção de farinha de mandioca, abanos, esteiras para dormir e cobertura de casas.**



Os quilombolas também fabricam canoas, cochos de madeira para alimentar os animais, pilões e *choque*, um instrumento de pesca usado em campos alagados. **Alguns utensílios usados na roça são também de fabricação própria, como marmitas, cabaças e moringas, feitos com recursos extraídos na região.**

Os moradores do território quilombola de Monge Belo reconhecem a importância das práticas e dos saberes tradicionais. A preservação de expressões culturais é parte de sua luta política. Está relacionada com a conservação do território, dos lugares sagrados e dos espaços destinados às atividades produtivas, como matas de cocais, lagos e lagoas.

Territórios da memória

Os quilombolas guardam com orgulho lembranças de momentos de resistência e de lutas travadas por seus ancestrais, desde o tempo da escravidão. Vários marcadores do território são citados em suas narrativas sobre tempos passados, quando associam pessoas e eventos a lugares e paisagens específicos, como os *manguezais*, *mangais* ou *mangueirais*. As mangueiras centenárias encontradas em vários povoados, como Monge Belo, Ribeiro, Bonfim e Frade, são marcadores do território e remetem ao tempo dos antepassados.



Sumaúma centenária do tempo dos escravizados

Além das mangueiras, outras árvores são lembradas por terem sido plantadas ainda no tempo da escravidão, como uma sumaúma centenária localizada na comunidade Ribeira, e outra que fica entre as comunidades de Teso das Taperas e Frade. Segundo os quilombolas, essas árvores serviam de orientação para quem chegava pelo Porto da Gambarra e se dirigia a Monge Belo.

Também são lembradas como “do tempo dos antigos” instalações e construções feitas pelos escravizados, usadas como marcações de lugares no território. Há as chamadas *malhadas*, que eram conjuntos de pedras amontoadas trazidas pelos escravizados do povoado Ribeira, em Monge Belo, e do território quilombola de Santa Rosa dos Pretos. Há várias malhadas dispersas pelo território que revelam a idade da ocupação quilombola. São identificadas uma a uma, sendo as principais: *malhada da pedra*, *malhadas das areias*, *malhada do barro vermelho*, *malhada de lotinha* e *malhada grande*.

As pedras eram depositadas para serem usadas posteriormente em construções, mas algumas restaram no lugar. O esforço do transporte das pedras é lembrado ainda hoje. “É, aqui nego descansava carregando pedra”, ironiza Antônio Meireles. “Às vezes nem era para nada, mas para não deixar o escravo parado mandavam carregar pedra de um lado para outro.”

Há os lagos cavados pelos escravizados na região dos campos, em lugares de solo mais fácil de abrir e que ainda hoje são usados para pescar. As *cacimbas*, os *poços*, os caminhos e as trilhas que ligam as comunidades são outros marcos do território que guardam a lembrança da escravidão. A *cacimba de Madalena* é um exemplo de uma construção desse tempo. Ainda hoje abastece o povoado do Centro, em Monge Belo.

No povoado Engenho Velho, as ruínas do engenho e algumas de suas antigas peças (como buchas, abraçadeiras, parafusos, ceifadeiras de moenda, tijolos de ladrilho) são artefatos do período escravocrata que os quilombolas preservam.

Todos esses marcos que remetem ao tempo do cativo – as grandes árvores, as malhadas, as cacimbas, os lagos – ganharam um novo sentido. São agora símbolos da resistência, conquista de autonomia e controle do território. Hoje, um antigo tacho de ferro que os senhores



Peças do antigo engenho a vapor que funcionava em Monge Belo



Ruínas do engenho de Monge Belo

usavam para alimentar os escravizados é mostrado pelos quilombolas como evidência do sofrimento passado e da história de ocupação do lugar.

Os cemitérios também são valorizados como lugares de memórias. O cemitério do Moisés, o mais antigo do território, está localizado no povoado Ribeiro. Lá está enterrada grande parte dos ancestrais dos quilombolas, como o Velho Marcimiano e a sua esposa, Maria Madalena. Atualmente, foi cercado a mando de um fazendeiro que se diz proprietário daquela terra e impede o acesso dos quilombolas.

Em outro cemitério, no povoado Teso das Taperas, estão sepultados os descendentes dos escravizados Sensenato, Pito Mendes e Nego Roxo. No cemitério Caminho da Barroca (ou da Chica Véia) e no de João Cardoso, que recebeu o nome de um dos escravizados que residia no território, estão enterrados outros ancestrais que os quilombolas rememoram.

A roça traça um modo de viver

A principal atividade produtiva no território Monge Belo é a roça. Além de prover a subsistência, o cultivo da terra traça os modos de vida e de reprodução da comunidade. Em torno do roçado, organizam-se as relações pessoais, baseadas em laços de parentesco, de compadrio e amizade. As atividades de plantio, a herança de parcelas de terra e as trocas de trabalho produzem relações entre as pessoas, aproximando-as. As etapas do cultivo na roça estabelecem calendários e datas importantes – como a roçagem, a capina e a colheita.

Em Monge Belo, embora a terra seja de uso comum, os locais e os produtos das roças são de propriedade familiar. Cada família se responsabiliza pelo plantio, colheita, uso e comercialização dos produtos provenientes de suas roças. Há situações em que os quilombolas fazem *trocas de dias*, permutando dias de trabalho entre si.

No passado, os quilombolas de Monge Belo cultivavam em áreas chamadas *centros de trabalho* ou *centros de lavoura*. Eram lugares

trabalhados por uma ou mais famílias, e recebiam o nome de um dos seus responsáveis. Alguns foram lembrados, como o Centro de Estendelau, Centro de Raimundinha Silva, Centro de Belém, Centro Empedrado, Centro do Ribeiro (conhecido também como Centro de Lenheiro), Centro de Raimundo Lisboa e Centro dos Procópio. A lavoura, feita de modo livre, podia ser conjugada a outras atividades produtivas, como a criação de animais e o cultivo de árvores frutíferas.

No entanto, com o correr dos anos e a perda de terras para os fazendeiros, o acesso dos quilombolas às áreas de cultivo ficou restrito. Isso os forçou a desenvolver um novo sistema de uso da terra. Os antigos centros de lavoura foram substituídos pelo trabalho em uma única roça. Nela, várias unidades familiares trabalham juntas, o que simplifica o sistema de pousio e evita o esgotamento da terra.

Além da produção agrícola focada na mandioca, milho e feijão, os quilombolas coletam vários frutos, como manga, quiriri, goiaba, cuaçu, tarumã, sapucaia, mamão, tuaru, tuturubá e guapel. Outros produtos são encontrados nas roças mais distantes e nas pequenas áreas cultivadas perto das moradias, entre eles a vinagreira, batata-doce, maxixe, pepino, melancia e abóbora. Atualmente, a produção agrícola está ameaçada devido aos conflitos em torno da posse da terra, que levam à diminuição da área cultivável. A devastação e a restrição das áreas do território também levaram à diminuição das caças, que ocorriam no passado.



Casa de forno em Monge Belo

O produto mais consumido pelas famílias quilombolas é a farinha de mandioca, ou *farinha d'água*, como é chamada. Presente em quase todas as refeições, a farinha acompanha os alimentos da dieta quilombola, como carne de galinha, de gado, pato, porco e frutas, como a manga e a juçara (açai). Ela é produzida em todos os povoados, em um processo tradicional no qual a massa de mandioca é umedecida, triturada, secada, peñeirada e tostada na casa de farinha.

Alguns quilombolas criam gado, porcos, carneiros e bodes. Além de serem consumidos, essas criações servem de reserva, ou seja, são guardados para a venda em períodos de necessidades especiais, como o acometimento de doenças. O boi e os porcos são os mais ofertados pelas famílias que organizam as festividades religiosas.

Os principais locais de comércio ficam nas vilas e cidades próximas, mas há também pequenas vendas nos próprios povoados, onde alguns produtos de uso diário podem ser comprados. Paralelamente ao comércio monetário, os quilombolas trocam alguns produtos entre si, como a juçara e o peixe.

A luta pela terra

Os quilombolas de Monge Belo requereram junto ao Incra a regularização fundiária do seu território em 2004, por meio da Associação Comunitária dos Moradores do Quilombo Monge Belo. Em junho de 2015, o Incra reconheceu e publicou a Portaria de Reconhecimento do território de Monge Belo.

A comunidade anseia pela regularização do território. Espera recobrar o controle sobre as áreas expropriadas e recuperar os marcos tradicionais, atualmente cercados nas áreas invadidas. A ação de fazendeiros, posseiros e grileiros coloca em risco a sua reprodução física e social. Com a titulação, os quilombolas poderão reaver o que lhes pertence de direito.

Esta narrativa foi composta por Arydimar Vasconcelos Gaioso e Guilherme Mansur Dias com base no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Monge Belo, elaborado por Guilherme Mansur Dias. Todas as fotos são do Relatório.

Uma palavra da comunidade

Monge Belo

O território quilombola Monge Belo é uma terra de herança dos afrodescendentes escravizados que se estabeleceram nos oito povoados do território. A terra é de uso comum e a principal atividade econômica vem dos plantios do arroz, feijão, milho e mandioca em roças familiares. Os quilombolas têm como forma organizativa as associações, que são nove no total. Cada comunidade tem uma associação de moradores, que é encarregada de tratar de atividades voltadas para projetos. Há ainda outra associação que representa as demais na luta pela titulação da terra. Essa forma de organização representa o território como um todo, pois, embora haja especificidades, os quilombolas entendem que a terra é coletiva, é vista como um bem de todos e que a luta também é coletiva, é uma só.

A luta maior dos quilombolas é ainda com os fazendeiros. A portaria Inkra/MDA 268/2015, que reconhece e declara o território Monge Belo como comunidade remanescente de quilombo, acirrou ainda mais o conflito e acelerou o processo de devastação da terra por parte dos fazendeiros, que já vinha sendo realizado havia alguns anos. Parte do território, principalmente as matas nativas e os igarapés, tornou-se foco do desmatamento com uso de tratores que passam destruindo o que encontram pela frente. Uma das últimas ações dos fazendeiros foi o entupimento – com entulhos e pedaços de pau – de um dos igarapés do território, o Igarapé Linheiro. Essa ação acabou com os peixes, que eram fonte de alimento não só dos moradores de Monge Belo, mas também de outros territórios da região, como Santa Rosa e São Francisco. Além do entupimento do igarapé, os fazendeiros estão retirando madeira (paus, lenhas) para comercialização. Outra estratégia deles é a venda de parte das terras para terceiros, mesmo sabendo que a área será desapropriada. Esses atuais proprietários estão também devastando e cercando toda a área.

A preocupação dos quilombolas é que, com a demora para a desapropriação, os fazendeiros acabem com toda a mata nativa e sobre apenas a terra, sem nada. Dessa forma, estão presenciando a destruição acelerada dos recursos naturais sem poderem fazer nada, pois já a denunciaram aos órgãos competentes, mas nenhuma providência foi tomada.



Antônio Meireles mostra uma cabaça feita na região

Texto produzido com base em entrevista concedida a Maria da Consolação Lucinda por Raimundo Nonato Fonseca, 48 anos, e José da Conceição Silva, 52 anos, lideranças quilombolas de Monge Belo.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

G143q Gaioso, Arydimar Vasconcelos
Quilombo Monge Belo / Arydimar Vasconcelos Gaioso, Guilherme Mansur
Dias . - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico de identificação e delimitação de Monge Belo,
elaborado por Guilherme Mansur Dias.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Dias, Guilherme Mansur. Relatório técnico
de identificação e delimitação de Monge Belo I. Dias, Guilherme Mansur.
II. Título. III. Série.

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais



Ministério do Desenvolvimento Agrário

